



**4ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor Brasileiro da Iniciativa Global para
Integridade da Informação sobre a Mudança do Clima**

03 de agosto de 2026, das 14h30 às 16h30

Ata

Participantes:

João Brant – SECOM-PR
Renata Negrelly – SECOM-PR
Carolina Sampaio – SECOM-PR
Jéssica Teles de Almeida – SECOM-PR
Carolina Ofranti Sampaio – SECOM-PR
Letícia Pereira – SECOM-PR
Liliam Chagas – MRE
Marina Neves – MRE
Paula Leão - MRE
José Roberto – MRE
Giuliana Biaggini – CGU
Andréia Mesquita – SRI
Elaine Cristina – SRI
Sávia Gavaza – MF
Viviane Vazzi Pedro – MEC
Lucilene Bertoldo – MS
Moema Correa – MMA
Guilherme Francisco Alfredo Cintra Guimarães - AGU
Natália Uchoa - AGU
Márcio Rojas da Cruz – MCTI
Hugo Leonardo Pereira – MEC
Viviane Vazzi Pedro – MEC
Socorro Silva – MEC

A 4ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor Brasileiro da Iniciativa Global para a Integridade da Informação sobre a Mudança do Clima ocorreu em 03 de agosto de 2026, no anexo I do Palácio do Planalto. Foi aberta pelo Coordenador do Comitê, Secretário João Brant, que realizou uma contextualização geral sobre a agenda da reunião.

2. Passou-se ao item 2 da agenda, "Atualizações sobre a Iniciativa Global". Representante da Secretaria de Comunicação da Presidência (SECOM-PR) apresentou um panorama sobre a Iniciativa Global para a Integridade da Informação sobre a Mudança do Clima, em especial:

a) Foi apresentada a agenda de eventos realizados e previstos no âmbito da Iniciativa:

- 30 de abril – Reunião do G7, em Paris (França): realização de evento da Iniciativa à margem da Reunião Ministerial de Desenvolvimento.
- 21 de maio – Assembleia Mundial da Saúde, em Genebra (Suíça): jantar de alto nível sobre integridade da informação, clima e saúde.
- 29 de maio – Realização de webinar sobre a experiência do Capítulo Brasileiro da Iniciativa.
- 15 de junho – Reuniões Climáticas da UNFCCC, em Bonn (Alemanha): realização de evento paralelo da Iniciativa sobre os avanços na implementação da agenda de integridade da informação e clima, bem como participação em evento paralelo sobre Ação para o Empoderamento Climático (ACE).
- 25 de junho – Semana de Ação Climática de Londres (Reino Unido): realização de evento da Iniciativa, em parceria com outras organizações, sobre integridade da informação e transição energética.
- 24 de setembro – Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York (Estados Unidos): realização do Diálogo sobre Soluções para a Integridade da Informação, incluindo debates sobre clima e sobre a própria Iniciativa.
- 9 a 20 de novembro – COP31, em Antalya (Turquia): previsão de realização de eventos paralelos da Iniciativa ou com sua participação, nos pavilhões da França, Alemanha, Austrália, Global Wind Energy Council (GWEC) e possivelmente do Brasil, além de eventos ainda em definição no âmbito da Agenda de Ação.
- 14 a 18 de dezembro – Fórum de Governança da Internet (IGF), em Nairóbi (Quênia): previsão de evento sobre integridade da informação e inteligência artificial, incluindo sua interface com a agenda climática.

b) Foi informado que o primeiro grupo de dez projetos beneficiados pelo Fundo Global da Iniciativa encontra-se em fase de conclusão, com término previsto para 2026. Também foi registrado que serão realizados webinários, em inglês e abertos ao público interessado, para divulgação dos resultados alcançados pelos projetos. Informou-se, ainda, que um segundo grupo de quatro projetos beneficiados deverá ser anunciado este ano. Destacou-se que futuras chamadas e novas concessões de recursos dependerão da captação de novas contribuições para o Fundo Global da Iniciativa. Até o momento, os únicos doadores são:

- Brasil, com contribuição de USD 1 milhão; e
- Chile, com contribuição de USD 5 mil.

c) Foram apresentados os avanços das principais entregas em desenvolvimento:

- Carta de Princípios para a Publicidade Responsável e Mudança do Clima (CAN/CAAD): documento em fase final de elaboração, com duas versões revisadas.
- Mapeamento de políticas públicas e marcos legais sobre integridade da informação relacionada ao clima e ao meio ambiente (FID): atividade em fase final, com coleta de dados concluída.
- Mapeamento de estudos sobre integridade da informação relacionada ao clima em diferentes idiomas (IPIE): documento em fase final, com uma versão revisada disponível.
- Promoção da troca de boas práticas para apoiar a criação de capítulos nacionais: realização, em maio, de webinário sobre a experiência do Capítulo Brasileiro; tradução, em julho, dos produtos da Rede de Parceiros para os idiomas inglês, francês e espanhol.
- Ampliação da membresia da Iniciativa: divulgação do *Diplomatic Toolkit* como instrumento de apoio à adesão de novos membros.

d) Foi registrada a recente adesão da Austrália à Iniciativa e à Declaração. Informou-se, ainda, que estão em andamento tratativas para possível adesão de Gana e Fiji à Iniciativa. No tocante ao financiamento, foi comunicado que a França anunciou nova contribuição financeira ao Fundo Global, havendo também expectativa de uma nova doação por parte de outro país europeu.

Atualmente, a Iniciativa conta com 16 membros: Alemanha, Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá, Chile, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Marrocos, Países Baixos, Peru, Reino Unido, Suécia e Uruguai.

A Declaração conta atualmente com 28 signatários:

Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Chile, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, Estônia, Fiji, Finlândia, França, Islândia, Luxemburgo, Marrocos, Maurício, Noruega, Países Baixos, Peru, Polônia, Portugal, República Tcheca, Seychelles, Suécia, Uruguai e União Europeia.

3. Sob o item 3 da Agenda, intitulado "Atualizações sobre as negociações da ACE/UNFCCC em Bonn e perspectivas para a COP31". Representante do Ministério das Relações Exteriores apresentou panorama das negociações em curso no âmbito da UNFCCC. Informou que, até o momento, logrou-se inserir menção ao tema da integridade da informação em três contextos : (i) na Decisão Mutirão, da COP30, em Belém, em novembro de 2025; (ii) na minuta de novo plano de ação de Ação para o Empoderamento Climático (ACE), em Bonn, em junho de 2026; e (iii) no trilho negociador de Pesquisa e Observações Sistemáticas (RSO), também em Bonn, em junho de 2026.

4. Observou, ainda, que a agenda de integridade da informação e mudança do clima permanece pouco conhecida por parte de diversas delegações, em parte por falta de capacidade de seguir diversos temas em reuniões concomitantes. Há, ademais, posições reticentes de alguns países, a exemplo da Arábia Saudita. No âmbito do grupamento de países em desenvolvimento G77-China, a delegação brasileira vem envidando esforços para ampliar o conhecimento da agenda e a participação do grupo nas discussões afins. O Ministério das Relações Exteriores mencionou, ainda, a perspectiva de organização de reunião interministerial destinada a discutir a posição brasileira sobre Ação para o Empoderamento Climático (ACE) a ser adotada na COP31 (novembro de 2027, Turquia).

5. A representante do MRE também destacou a relevância da Semana do Clima de Nova York (setembro de 2026) como oportunidade para promover a agenda da Iniciativa e informou que a Turquia lançou chamada de propostas para eventos a serem hospedados em seu pavilhão na COP31 (notícias sobre o pavilhão brasileiro na COP31, por sua vez, deverão ser divulgadas na página do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima este mês) Por fim, sugeriu o encaminhamento do *Diplomatic Toolkit*

da Iniciativa aos postos no exterior e propôs a elaboração de materiais de referência semelhantes voltados a instituições de advocacia pública e órgãos de controle, com vistas a ampliar a disseminação e a compreensão da agenda de integridade da informação.

6. A representante do Ministério da Fazenda ressaltou o protagonismo do Brasil no desenvolvimento de mercados de carbono, destacando que o País vem se consolidando como referência internacional ao demonstrar ser possível conciliar crescimento econômico, desenvolvimento sustentável e ação climática. Assinalou, nesse contexto, que a experiência brasileira constitui importante vitrine para a promoção de soluções voltadas à transição para uma economia de baixo carbono. Representante da Corregedoria Geral da União informou que está em curso consulta pública sobre referencial para auditoria sobre questões climáticas. Representante da Secretaria de Relações Institucionais (SRI) colocou-se à disposição para apresentar a matéria ao Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (Conselhão) e buscar apoio à agenda junto àquele colegiado.

7. Sob o item 4 da agenda, intitulado “Detalhamento das atividades sobre integridade da informação no Plano Clima”, representante da SECOM notou que algumas ações sobre integridade da informação sobre clima inseridas no Plano necessitam detalhamento para viabilizar sua implementação, pois contêm elementos (como metas e indicadores) que constam como “a definir” na atual versão.

8. A representante da Advocacia-Geral da União informou que a instituição se encontra em processo de internalização do Plano Clima e propôs a articulação de esforços conjuntos com os demais membros do Comitê, com vistas a contribuir para a sua efetiva implementação.

9. A representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima abordou o processo de implementação do Plano Clima, destacando que ainda existem aspectos a serem definidos e debatidos no âmbito do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, como os procedimentos para detalhamento e monitoramento das referidas ações sobre integridade da informação e de outras que constam de estratégias transversais. Acordou-se que as sugestões para detalhamento das ações sobre integridade da informação seriam encaminhadas ao MMA com a brevidade possível, até meado de agosto, após serem circuladas ao Comitê Gestor.

10. Sob o item 5 da agenda, intitulado “Monitoramento de desinformação sobre clima”, o Secretário João Brant apresentou considerações acerca da decisão do Supremo Tribunal Federal relativa ao Marco Civil da Internet, com especial ênfase no regime de responsabilidade aplicável aos provedores de aplicações de internet.

11. O representante da Advocacia-Geral da União destacou os desafios relacionados ao monitoramento de conteúdos de caráter negacionista sobre clima, tendo em vista a maior complexidade de sua identificação e avaliação. Na oportunidade, colocou-se à disposição para receber casos de desinformação relacionados à mudança do clima por meio do e-mail pgu.pnodd@agu.gov.br, com o objetivo de subsidiar o acompanhamento do tema e o desenvolvimento de ações judiciais pertinentes. Compartilhou com os membros do comitê passo-a-passo para acionar a Procuradoria Nacional de Defesa da Democracia (PNDD) da Advocacia Geral da União (AGU), a qual atua de forma estratégica, promovendo a articulação entre órgãos governamentais e fortalecendo mecanismos para prevenção, identificação, análise e resposta judicial e extrajudicial a potenciais conteúdos desinformativos, em obediência estrita ao regime constitucional brasileiro de liberdade de expressão (arts. 5º, IV, IX, e 220 da CF/88).

12. Sob o item 6 da agenda, intitulado “Rede de Parceiros pela Integridade da Informação sobre Mudança do Clima”, representante da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República apresentou ao Comitê as iniciativas em desenvolvimento no âmbito da Rede de Parceiros, entre as quais se destacam:

a) A elaboração de um mapa de indicadores de confiança para a integridade da informação no jornalismo relacionado ao clima, no âmbito do Eixo 3. Informou-se que a Rede está examinando indicadores de qualidade jornalística já existentes, com o propósito de propor parâmetros específicos aplicáveis ao jornalismo socioambiental, destinados a jornalistas e empresas jornalísticas;

b) O desenvolvimento de um agregador de fontes confiáveis sobre temas relacionados ao clima e ao meio ambiente;

c) O estabelecimento de parceria para a realização do Simpósio Interdisciplinar de Ciência Ambiental do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo — PROCAM/USP, previsto para ocorrer entre os dias 4 e 6 de novembro de 2026. O evento terá como tema geral a integridade da informação e contará

com grupo de trabalho específico, estando prevista a publicação, no sítio eletrônico da Rede, dos artigos selecionados;

d) A realização de oficinas e atividades de capacitação destinadas a influenciadores, comunicadores e lideranças comunitárias atuantes nos territórios, com abordagem de temas relacionados à inteligência artificial, à desinformação e à implementação de estratégias de comunicação;

e) A realização do II Seminário, com a participação de representantes do sistema de justiça, da academia e da sociedade civil, em data a ser oportunamente definida, com o objetivo de promover o diálogo sobre integridade da informação climática, justiça e direitos; e

f) A manutenção de interlocução com atores internacionais, com vistas a apresentar a estrutura, o funcionamento e as iniciativas desenvolvidas pela Rede.

13. Sob o item 7 da agenda, intitulado “Encaminhamentos e encerramento”, representante da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República ressaltou a importância de ampliar a divulgação e o debate acerca da integridade da informação climática, tanto junto a atores nacionais quanto aos internacionais. Nesse contexto, mencionou que a ferramenta Diplomatic Toolkit pode apoiar a divulgação do tema entre atores internacionais, e reiterou a disponibilidade da SECOM para participar de reuniões e contribuir com as iniciativas pertinentes dos demais membros do Comitê.

14. Como encaminhamentos da 4ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor Brasileiro da Iniciativa Global para a Integridade da Informação sobre a Mudança do Clima, deliberou-se:

I – pelo detalhamento, por parte da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, das ações relacionadas a integridade da informação no Plano Clima e por seu posterior encaminhamento ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, para a adoção dos trâmites internos cabíveis, conforme tratado no parágrafo XX; e

II – pela identificação de casos de desinformação relacionados à mudança do clima, acompanhados de material de suporte como notas técnicas, a serem encaminhados à AGU, conforme tratado no parágrafo XX, com o objetivo de



subsidiar o acompanhamento do tema e o desenvolvimento de ações pertinentes.